

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA Nº 031/2023

PROCESSO Nº 18624/2023

1. DECLARAÇÃO DO OBJETO

Aquisição de medicamentos, cilindros de oxigênio e aparelhos respiratórios para paciente a Maria de Deus Faria Camargos, em atendimento a ordem judicial nº 5608735-92.2023.8.09.0085, tratando-se de aquisição emergencial, diante da imposição de multa diária.

2. DESCRIÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO PARA UNIDADE	PREÇO ESTIMADO TOTAL
APARELHO DE CPAP INCLUSO MASCÁRA NASAL N5 (COM 3 TAMANHOS DE BORDA: P, M e G), COM APOIO DE TESTA, UMIDIFICADOR INTEGRADO E TRAQUEIA, 220w, PRONTO PARA USO.	UNIDADE	01	R\$ 3.443,27	R\$ 3.443,27
CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO DE OXIGENIOTERAPIA DE 2L/MIN, INCLUSO NEBULIZAÇÃO, RESERVATÓRIO DE UMIDIFICAÇÃO, CILINDRO DE OXIGÊNIO E CATETER NASAL TIPO ÓCULOS, 220w, PRONTO PARA USO.	UNIDADE	01	R\$ 7.983,00	R\$ 7.983,00
CILINDRO DE OXIGÊNIO RESERVA PARA CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO	UNIDADE	01	R\$ 3.646,67	R\$ 3.646,67
CILINDRO DE OXIGÊNIO RESERVA DE TRANSPORTE PARA CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO	UNIDADE	01	R\$ 2.007,00	R\$ 2.007,00
XARELTO (20 MG), CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS.	UNIDADE	06	R\$ 341,71	R\$ 2.050,24
SYMBICORT (6/200), CONTENDO 120 DOSES.	UNIDADE	06	R\$ 170,45	R\$ 1.022,68
SALBUTAMOL (100 Mcg),	UNIDADE	06	R\$ 24,97	R\$ 149,80



CONTENDO 200 DOSES.				
---------------------	--	--	--	--

*O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas e em pesquisas de mercado.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

A presente proposta justifica-se, tendo em vista, que se trata de um processo de ordem jurídica com multa por não cumprimento, objetivando a aquisição de medicamentos, cilindros de oxigênio e aparelhos respiratórios à paciente Maria de Deus Faria Camargos, visto que a mesma não possui condições financeiras para arcar com a compra dos itens abaixo listadas, sem prejuízo ao próprio sustento e de sua família, compreendendo atender por um período estimado de seis meses.

As quantidades estimadas neste Termo de Referência foram baseadas de acordo com a média dos orçamentos adquiridos de três empresas distintas. A aquisição dos itens ocorrerá pela empresa dotado de capacidade, devendo estar incluso no preço todos custos diretos e indiretos, com entrega de até 5 (cinco) dias após emissão da ordem de fornecimento.

De acordo com a pesquisa prévia de preços formalizadas, a média dos orçamentos apresentados é de R\$ 20.302,65 (vinte mil, trezentos e dois reais, e sessenta e cinco centavos), tornando-se assim ante a determinação judicial para cumprimento de obrigação de fazer em face do Município de Itapuranga com aplicação de multa diária pelo descumprimento é que se faz necessária a contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, VIII, da Lei 14.133/2021, uma vez que a demora na formalização dos atos, poderá inviabilizar a consecução do ato e até mesmo ensejar responsabilização dos agentes administrativos por sua desídia.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Pessoa Jurídica)
- b. Contrato social e cópia dos documentos pessoais do Sócio Administrador;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Federal através de Certidão emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- d. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;
- g. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças onde a licitante tem sua sede;
- h. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

- i. O prazo de entrega do produto/serviço é de até 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento, na empresa vencedora.
- j. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- k. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental;
- l. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4. FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

O fundamento legal da contratação é o disposto no artigo 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

O produto objeto da presente aquisição é classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no item 1. Declaração do Objeto, por meio de especificações usuais de mercado.

6. DAS OBRIGAÇÕES

a) A empresa Contratada se obriga a:

- i) Efetuar a entrega dos bens e/ou prestar os serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência;
- ii) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços e materiais utilizados, devendo, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto/serviço com avarias ou defeitos;
- iii) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente processo;
- iv) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços/produtos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- v) Manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;



- vi) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições expressamente autorizadas;
 - vii) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução desta contratação;
 - viii) Reparar os danos causados a contratante ou a terceiros em decorrência da prestação de serviços e entrega dos produtos, isentando o Município de qualquer fato superveniente, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado;
- b) A contratante obriga-se:
- i) Receber provisoriamente os serviços e materiais, disponibilizando local, data e horário;
 - ii) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados e dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
 - iv) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
 - v) Efetuar o pagamento no prazo previsto;
 - vi) Notificar, formalmente à contratada quando constatado qualquer irregularidade no cumprimento do prazo de entrega dos materiais/serviços conforme avençado.

7. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a) Os serviços/produtos serão recebidos: a) **provisoriamente**, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta; b) **definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório; c) **rejeitado**, quando em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- b) O pagamento será realizado em parcela única, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado e ou boleto bancário;
- c) Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75, da Nova Lei de Licitações, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal;
- d) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;



- e) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- f) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- g) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial, nos termos do artigo 155, da Lei 14.133/21, a Contratante sujeitar-se-á as penalidades de: I - advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na forma do artigo 156 e seguintes da reportada legislação, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Elizabethe Cristina Martins Cardoso
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 150/2023/GPGPF





Assinaturas Eletrônicas (Sistema)

Assinado digitalmente por ELIZABETHE CRISTINA MARTINS CARDOSO, portador do CPF: 532.983.061-34, em 20/10/2023 13:54:04. Validar autenticidade em: [http://ITAPURANGA.centi.com.br/servicos/autenticacaorelatorios/FTJM\\$Z58teX](http://ITAPURANGA.centi.com.br/servicos/autenticacaorelatorios/FTJM$Z58teX) - utilizando o código: FTJM\$Z58teX